



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULISTÂNIA

CGC/MF 01 666.524/0001-89



ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULISTÂNIA, 7ª LEGISLATURA, EXERCÍCIO 2.023.

Aos (05) cinco dias do mês de junho de 2023, às dezenove horas, na Sala das Sessões Sebastião de Freitas, instalada na Avenida José Francisco Casaca, nº 41, nesta urbe, realizou-se a presente sessão, sendo a Mesa Diretora composta pelo Vereador Juscelino Pereira da Silva Junior no exercício da Presidência, pelo Vereador e primeiro secretário Luiz Carlos Marques, pelo vereador e segundo secretário Jason Roberto de Abreu, e no plenário os demais vereadores; Abilio Pentead Junior, Alexsandro Antonio de Andrade Leite, Fabio Rogério Pereira, Ivaldecir Claro de Assis. José Leite das Neves e José Mauro Cadamuro. Após a chamada regimental, iniciou-se os trabalhos com a leitura da ata da sessão anterior. Após a leitura o vereador Ivaldecir se manifestou: “Senhor presidente e nobres vereadores mais uma vez eu peço que seja filmado, gravado, para fazer uma ata eletrônica; eu continuo sendo prejudicado, eu fui ofendido, mas não me senti ofendido porque estou no meu quarto mandato, e se eu venho aqui dez minutos e não mereço, não sei porque o povo vota em mim. Enfim eu fui ofendido e eu ataquei e não está na ata, então precisamos ter uma ata eletrônica para constar tudo. Não está na ata quando o presidente disse que um parente meu abastecia no posto de Paulistânia na conta da prefeitura, foi dito, está aqui gravado e não está na ata. Eu preciso deste documento porque eu vi o filme, e ele quer tocar pra frente”. Em seguida o vereador Alexsandro disse: “A ata é feita pela servidora Rosana e está disponível na secretaria da câmara com antecedência à próxima sessão para ser analisada e se necessário ser alterada a pedido de qualquer vereador que não estiver de acordo ou se sentir prejudicado, é só comparecer na secretaria antes, assim evitamos essa discussão da em todas as sessões”. Em seguida o vereador Ivaldecir disse: “O que o senhor está expondo, o presidente que fica aqui vinte e quatro horas, deveria ter nos esclarecido, então isso é uma falha e eu estou no meu direito”. Sim, respondeu o vereador Alexsandro, eu só estou esclarecendo para evitar discussões, a ratificação da ata em sessão é um direito”. Em seguida houve-

SPS



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULISTÂNIA

CGC/MF 01 666.524/0001-89



se uma pequena discussão entre alguns vereadores, e em votação simbólica a ata foi aprovada. Em seguida passou – se para a fase da oratória com a tribuna livre na forma regimental, e com a palavra o vereador Ivaldecir se manifestou: “Eu queria manifestar sobre o concurso que teve aqui e hoje eu apurei uma denúncia, eu vou fazer uma a denúncia no ministério público porque aqueles cargos mais importantes principalmente, foi uma aberração, todos que estão engajado politicamente, e das famílias, de vereadores, do prefeito e demais cargos mais importantes, foi uma vergonha o que aconteceu, e uma prática que existia em outros governos aqui e continua com mais frequência, é aquela velha história, vão passar em terceiro lugar; passam dois laranjas na frente até que chegue naquela pessoa, um exemplo; vou citar nomes, a Chandra irmã do prefeito, passou-se dois laranjas nos nomes da frente, praticamente é o que se interpreta, ou ele não assume, ou assume alguns dias e sai até que chegue a vaga; eu falo isso porque é o que aconteceu com a outra irmã do prefeito, passou em terceiro lugar até que chegou a vez dela no cargo de psicólogo. E essa prática continua existindo, e essa é uma das denúncias que está sendo feita também. É uma converseira no município, uma vergonha esse concurso, é isso, quero deixar claro que eu fiz essa denúncia e amanhã estarei protocolando”. Sem mais, passou-se para a ordem do dia com a deliberação ao Projeto de Lei Ordinária nº 1.351 de 31 de maio de 2.023 que dispõe sobre a gratificação especial de neuropsicólogo e dá outras providências, em discussão o vereador Ivaldecir Claro de Assim se pronunciou: “Olha é um projeto que nós já tivemos aqui; essa mesma pessoa que acabei de citar aqui do concurso, ela era secretária da saúde, ela veio aqui explanar um projeto onde se criava uma ambulância e que seria uma ambulância especial para fazer o socorro de pessoas em situação de emergência, infarto, uso de desfibrilador e outras coisas, e que precisava de uma enfermeira para acompanhar esse tipo de paciente, aí na época, deve estar na ata, eu questionei, qual era o método que ela iria usar para escolher essa pessoa e ela não soube explicar, ou melhor, ela já sabia, mas não teve a coragem de dizer que era a primeira dama, mulher do prefeito e agora está acontecendo praticamente igual, a irmã que chegou no concurso, praticamente a gente sabe que foi ajudado, usou esse

3125



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULISTÂNIA

CGC/MF 01 666.524/0001-89



método para chegar aqui passando em terceiro lugar, que vai acontecer com outros, hoje está aí e provavelmente esse cargo é dela; agora o fato de ter um curso a mais a pessoa querer ganhar um valor exorbitante de mil e quinhentos reais; se vai ganhar mais, que seja quatrocentos, quinhentos reais, até aí tudo bem, mas mil e quinhentos é quase cinquenta por cento do que se ganha um psicólogo. Tem professores que tem um plano de carreira, tem mestrado e eles ganham mais, é lógico se aqui todos os outros psicólogos fizessem cursos é um plano de carreira e todos vão ganhar mil e quinhentos reais a mais, ou é específico só para atender a irmã do prefeito futuramente ou em breve, isso é o que eu queria saber". O presidente então explicou que a informação que ele obteve foi de que a profissional que é capacitada para assumir a função de neuropsicóloga é a servidora Leonídia. Em seguida o vereador José Mauro disse: "A irmã do prefeito não tem essa formação de neuropsicóloga, ela é psicóloga, e a funcionária que vai ser beneficiada com essa lei, além de exercer a função de psicóloga ela ainda vai fazer alguns exames e é exatamente por isso que vai receber essa gratificação, essa é a informação que eu obtive e não sei se é correta ou deixa de ser". Em seguida o vereador Luiz Carlos ressaltou: "Essa informação procede, é a Leonídia, ela tem essa especialidade ela vai assumir essa função, não é a Aline." Em seguida o vereador Ivaldecir ressaltou: "Eu respeito e estou argumentando se é bom pela explanação que ela fez naquele dia e depois, pôs a mulher do prefeito, então tem uma lógica muito grande nisso, mesmo que seja outra qualquer, não desmerecendo, mas mil e quinhentos reais, eu acho um valor exorbitante, porque nós temos outros funcionários aqui, até braçais com faculdade e nem por isso eles ganham mais", neste momento o vereador Luiz Carlos o interrompe e pergunta: "O nobre vereador sabe quanto é uma sessão para fazer um teste se uma criança é autista ou não?". Em seguida o presidente Juscelino aproveitou para falar sobre sua filha que precisou de atendimento neurológico, e informou que o valor pago por ele foi de mil e quinhentos reais pelas seis sessões, sendo uma sessão por semana que foram feitas para obter o laudo. O vereador Ivaldecir prosseguiu: "Então, são doze meses, são quinze mil e mais os encargos e juntando passam de vinte mil, com a população



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULISTÂNIA

CGC/MF 01 666.524/0001-89



que nós temos seria para diagnosticar vinte casos no ano”. O vereador Luiz Carlos relatou que de acordo com informações os casos de autismo estão aumentando a cada dia e em seguida o presidente Juscelino disse que no município tem dez casos diagnosticados no momento. Sem mais, em discussão o projeto foi votado e aprovado por sete votos favoráveis e um voto contrário; Projeto de Lei Complementar nº 1.352 de 01 de junho de 2.023 que autoriza o executivo municipal abrir no orçamento vigente crédito adicional especial no valor de R\$ 11.000,00 (Onze mil reais) e dá outras providências, aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 1.353 de 01 de junho de 2.022 que autoriza o executivo municipal abrir no orçamento vigente crédito adicional suplementar no valor de R\$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais) e dá outras providências, aprovado por unanimidade. Dando continuidade passou-se para a fase das explicações pessoais com uso da tribuna na forma regimental o vereador Ivaldecir Claro de Assis de pronunciou: “ Boa noite presidente, nobres colegas e público presente, quanto a votação da gratificação eu votei contrário porque eu achei o valor exorbitante, eu votaria a favor se fosse um valor menor, como eu já justifiquei, tem muitas pessoas que fizeram mestrado e não tem essa remuneração exorbitante, é lógico que um professor que tem mestrado tem mais conteúdo para passar para o aluno, então vai ser melhor para o aluno, melhor para a população e nem por isso ele tem essa gratificação de mil e quinhentos reais, é quase cinquenta por cento do salário, então por isso eu votei contrário eu acredito que devia ser menor, é isso” Nada mais a tratar o presidente convocou sessão ordinária para o próximo dia 19 de junho de 2.023, às dezenove horas. Agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, tudo conforme consta nesta ata que é lida e votada nesta oportunidade.